

Foto: Brasil

POLÍTICA ECONÔMICA

76

23 APR 1992

“Afruxar as políticas monetária e fiscal significa jogar fora um ano de esforços”

por Claudia Safatle
de Brasília

“Afruxar as políticas monetária e fiscal significa jogar fora um ano de esforços, estourar as contas públicas e, consequentemente, produzir mais inflação. Não há como fraquejar agora.”

Essa declaração, feita pelo ministro interino da Economia, Luiz Antônio Gonçalves, é uma resposta às pressões políticas, verbalizadas por alguns governadores de estado, para que o governo reverta o processo recessivo (ver página 7).

Mais complicado do que administrar essas pressões políticas, contudo, está sendo gerenciar a política fiscal, numa situação em que

a avalanche de liminares de juízes contra o fisco está impossibilitando o Ministério da Economia de arrecadar os impostos e cumprir as metas fiscais acertadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Ontem, tanto Gonçalves como o ministro da Ação Social, Ricardo Fiúza, que também está padecendo pela falta de verbas para seu ministério, foram unânimes em atribuir à Justiça o maior fator de instabilidade fiscal. “A coisa mais importante, agora, é discutir a questão da advocacia, senão este País quebra”, alertou Fiúza. A advocacia — um instrumento que só poderia ser introduzido por emenda constitucional — daria ao Supremo Tribunal

Federal poder de avocar a si o julgamento de todas as contestações judiciais contra o pagamento de tributos.

Mesmo que seja previsto criar uma nova fonte de receita — por exemplo, introduzindo o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre transações bancárias (que ele negou) — para substituir os impostos que não estão sendo recolhidos sob o amparo de liminares, é preciso que a Justiça trabalhe a favor e não contra a política fiscal do governo.

Na última segunda-feira o ministro da Justiça, Célio Borja, esteve em São Paulo com presidentes de tribunais, para tentar sensibilizá-los da importância da moderação na concessão de liminares para os que contestam a Receita Federal. “Para você ter idéia, concederam liminar contra o pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na importação de automóveis. Isso é ‘nonsense’, ponderou a secretária Nacional de Economia, Dorothea Werneck, aliando-se aos que defendem, no Ministério da Economia, como principal tarefa, agora, um trabalho de persuasão junto ao Judiciário.

O ministro interino da Economia aposta na normalização das receitas tributárias a partir de maio próximo, quando as empresas e os bancos voltariam a pagar o Finsocial. “Conversei com o presidente da Febraban, Alcides Tapias, e ele me informou que os bancos devem fazer o pagamento do novo Finsocial a partir do próximo mês”, disse.

O cenário de fragilidade fiscal, de um lado, com pressões políticas para o fim da recessão, por outro



Luiz Antônio Gonçalves

justificariam certa deterioração nas expectativas inflacionárias. Gonçalves, contudo, acha que não, e para justificar sua expectativa, tomou a variação do IPC ampliado do IBGE, anunciado ontem, que fechou abril em 19,83% (ver matéria ao lado). “A inflação está caindo e não há razão para crer que houve uma deterioração do quadro”, insistiu.

Se em maio, contudo, as receitas tributárias não se materializarem, como prevê o Ministério da Economia, “ai, sim, a situação vai ficar muito séria”, admitiu Gonçalves.

Maio seria o início de “um maior conforto do lado das despesas”. O Tesouro Nacional liberou apenas 2% das verbas previstas no orçamento (para custeio e investimento) em janeiro, 3% em fevereiro, 5% em abril e a programação é de liberar 8% em maio.

CORREIO

As tarifas dos serviços internacionais prestados pela Empresa de Correios e Telegráfos ficaram, em média, 13% mais caras, a partir de ontem. Este é o quinto reajuste do ano. O acumulado desde janeiro já atinge 175%, segundo a Agência Brasil.